



REPORTAGEM DE CAPA

CULPA PELOS ACERTOS

ELEITO PARA OCUPAR O CARGO de procurador-geral da República no biênio 2013-2015, Rodrigo Janot é responsável por uma sensível, mas notável revolução dentro da instituição, cuja função é investigar deputados, ministros e o presidente do País. Ao criar novas estruturas, organizar os trabalhos e estabelecer parâmetros de procedimentos, o procurador tirou o órgão máximo do Ministério Público Federal das sombras e o colocou nas principais páginas do noticiário nacional. Desse ponto de vista, sua reeleição no pleito, cuja campanha tem início na terça-feira 16, seria um caminho óbvio e tranquilo. Mas não é.

Conhecido por muito tempo como engavetador-geral da República, graças à parceria entre o procurador-geral Geraldo Brindeiro e o tucano Fernando Henrique Cardoso, o cargo em disputa é agora, além de alvo da



ILUSTRAÇÃO: MINIMORGAN. FOTOS: ANDRÉ DUSEK/ESTADÃO
CONTEÚDO, EVARISTO SA/AFIP E ANTÔNIO CRUZ/ABR

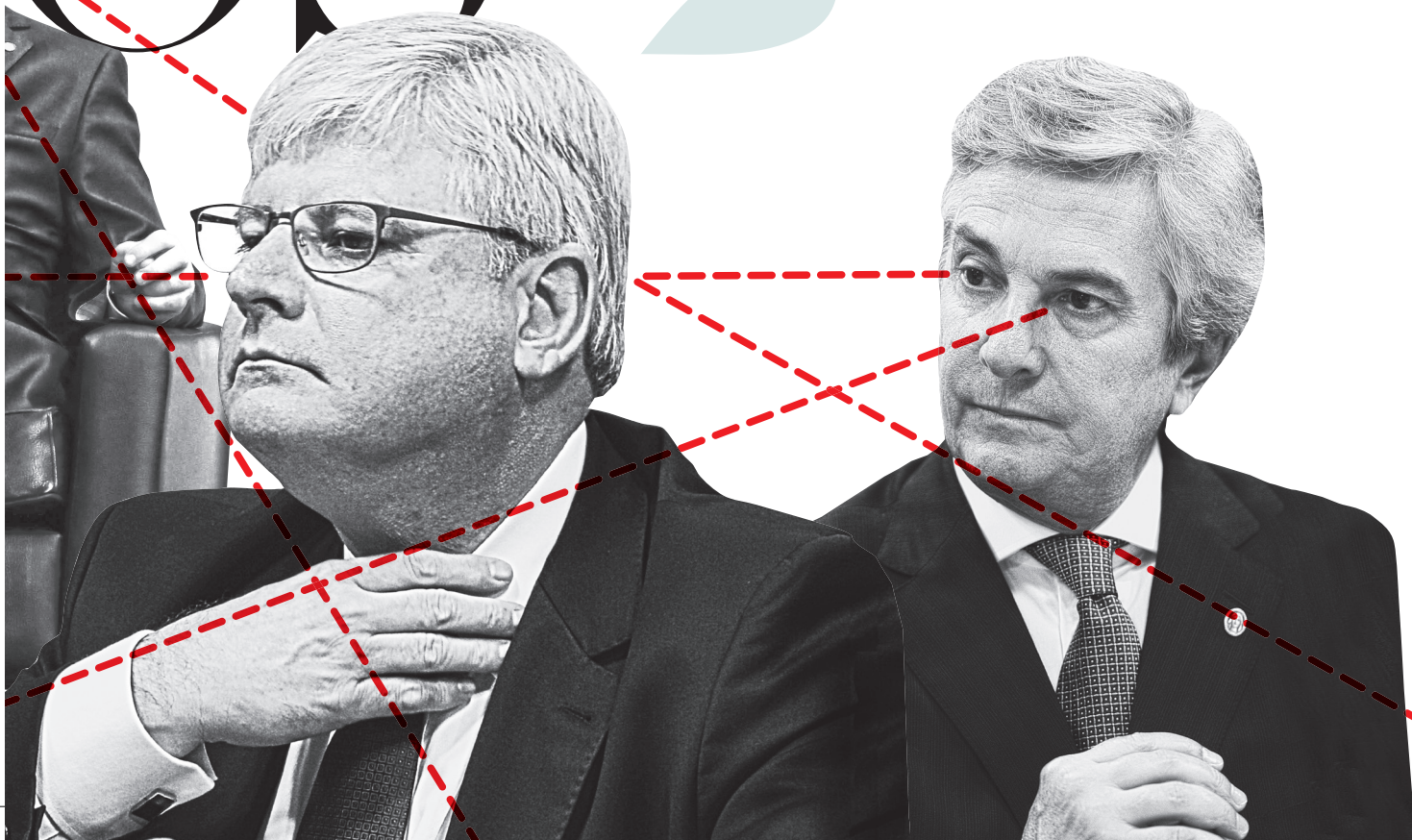




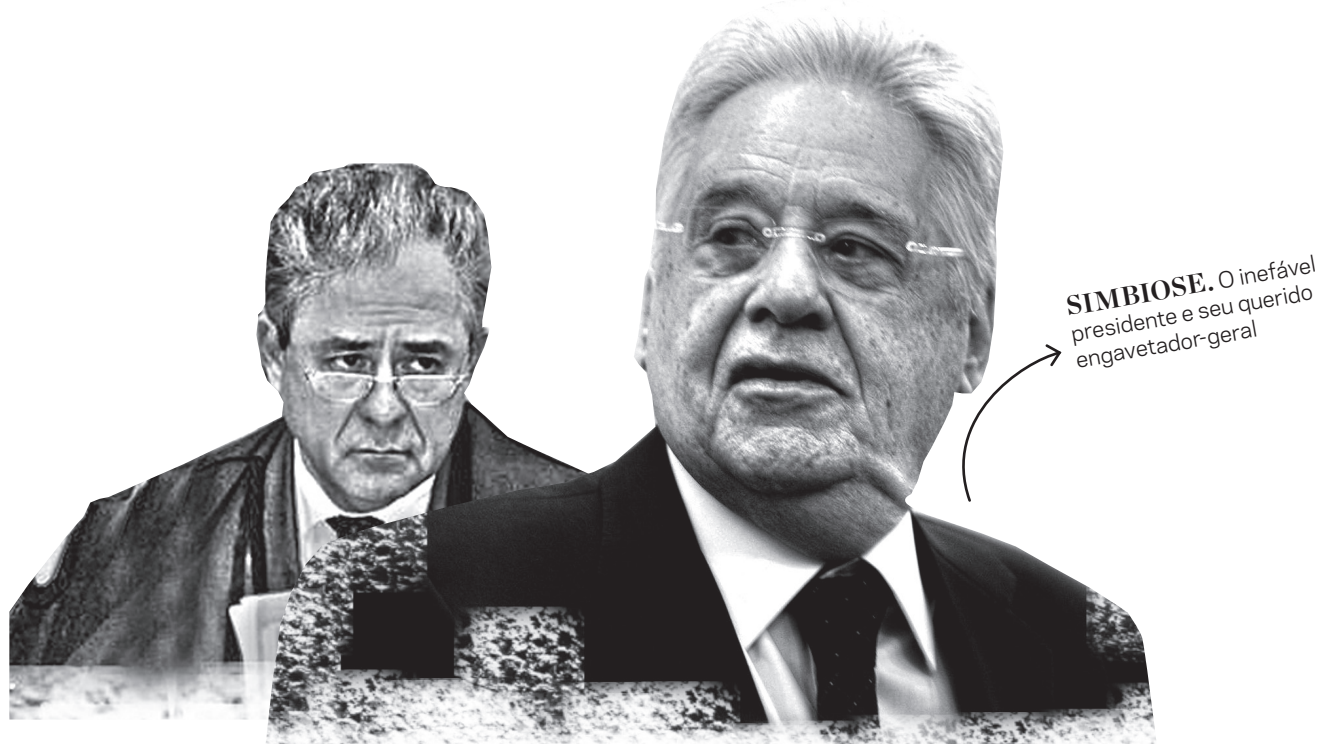
ADO

A RECONDUÇÃO DE **RODRIGO JANOT**
ESTARIA GARANTIDA DESDE JÁ,
NÃO FOSSE A RESISTÊNCIA DE INÍMIGOS
COMO **CUNHA** E **COLLOR** por FABIO SERAPIÃO

OS



REPORTAGEM DE CAPA



SIMBIOSE. O inefável presidente e seu querido engavetador-geral

justa cobiça dos procuradores, estratégico para muitos políticos brasileiros encrencados em escândalos de corrupção, notadamente a Operação Lava Jato. Em especial pelos nomes citados, Janot enfrentará uma disputa acirrada mais pelo cenário no qual ela se desenvolve do que pela rivalidade entre os concorrentes. A expectativa é de que os adversários internos sejam os subprocuradores da República Mario Bonsaglia, Raquel Dodge e Carlos Frederico Santos (*quadro*). Por sua vez, os externos são uma leva de políticos investigados pela PGR, cujos rostos mais visíveis são os senadores Fernando Collor de Mello e Renan Calheiros, o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, e a ex-governadora Roseana Sarney. Todos responsáveis por muitos ataques sofridos por Janot nos últimos meses.

Para entender as dificuldades a serem enfrentadas é preciso revisitar as ações promovidas por Janot e, da mesma forma, analisar as acusações que pesam contra ele. Logo após a sua posse, em setembro de 2013, o procurador deu início a uma série de mudanças na estrutura da PGR. Com a proposta de agilizar e otimizar o desempenho da Procuradoria, organizou as secretarias de seu gabinete e criou assessorias fixas compostas de procuradores especializados em cada área. Em menos de dois anos à frente da PGR, conseguiu limpar as gavetas da instituição. Quando assumiu o posto, em setembro de 2013, 1.547 processos aguardavam pareceres ou estavam parados na Procuradoria. Em maio deste ano, o número havia caído para 385 procedimentos.

Dessa forma foram criadas, dentro da Secretaria de Apoio Jurídico, as assessorias constitucional, criminal, cível,

administrativa e a de tutela coletiva. Por sua vez, a Secretaria de Pesquisa e Análise foi turbinada para garantir a capacidade de investigação da instituição e torná-la mais independente do corpo técnico da Polícia Federal. Outro setor beneficiado foi o de Cooperação Internacional, que ganhou status de secretaria. Janot acolheu também uma vontade antiga das procuradorias estaduais, a descentralização da gestão. Antes dele, as procuradorias não tinham orçamento próprio e precisavam pedir apoio à PGR a cada necessidade. Hoje, elas têm caixa própria gerido pelo procurador-chefe do Estado.

Os resultados das mudanças apareceram em pouco tempo. Internamente, boa parte dos procuradores aprovou as novas diretrizes, mas, como é de praxe, alguns grupos se sentiram pouco representados nas assessorias e gabinetes. Esse último fato teve seus reflexos aumentados pelas dificuldades de comunicação interna do gabinete de Janot. Por sua vez, no dia a dia da PGR, principalmente a criação de assessorias surtiu grande efeito.

Pela primeira vez na história, a Procuradoria responsável por investigar políticos conseguiu desenvolver suas ações concomitantemente aos procedimentos na primeira instância. São, justamente, esses enfrentamentos resultantes de investigações como a Lava Jato, a Ararath e a Zelotes que tendem a transformar a eleição em uma batalha difícil, com características de disputa eleitoral, marcada por ataques de bastidores e tentativas de desmoralização dos envolvidos.

No caso da Ararath, enquanto os integrantes de uma suposta organização criminosa eram investigados em Mato Grosso, a PGR seguiu os caminhos dos envolvidos com foro privilegiado e acabou por realizar buscas e apreensões na casa do governador

WILSON DIAS/ABR, GIL FERREIRA/STF E ANTONIO CRUZ/ABR



Silval Barbosa, do PMDB, e do senador Blairo Maggi, bilionário do agronegócio. A repercussão do caso mostrou, pela primeira vez, qual seria a postura de Janot em relação à investigação de políticos e serviu para a conquista dos primeiros grandes inimigos.

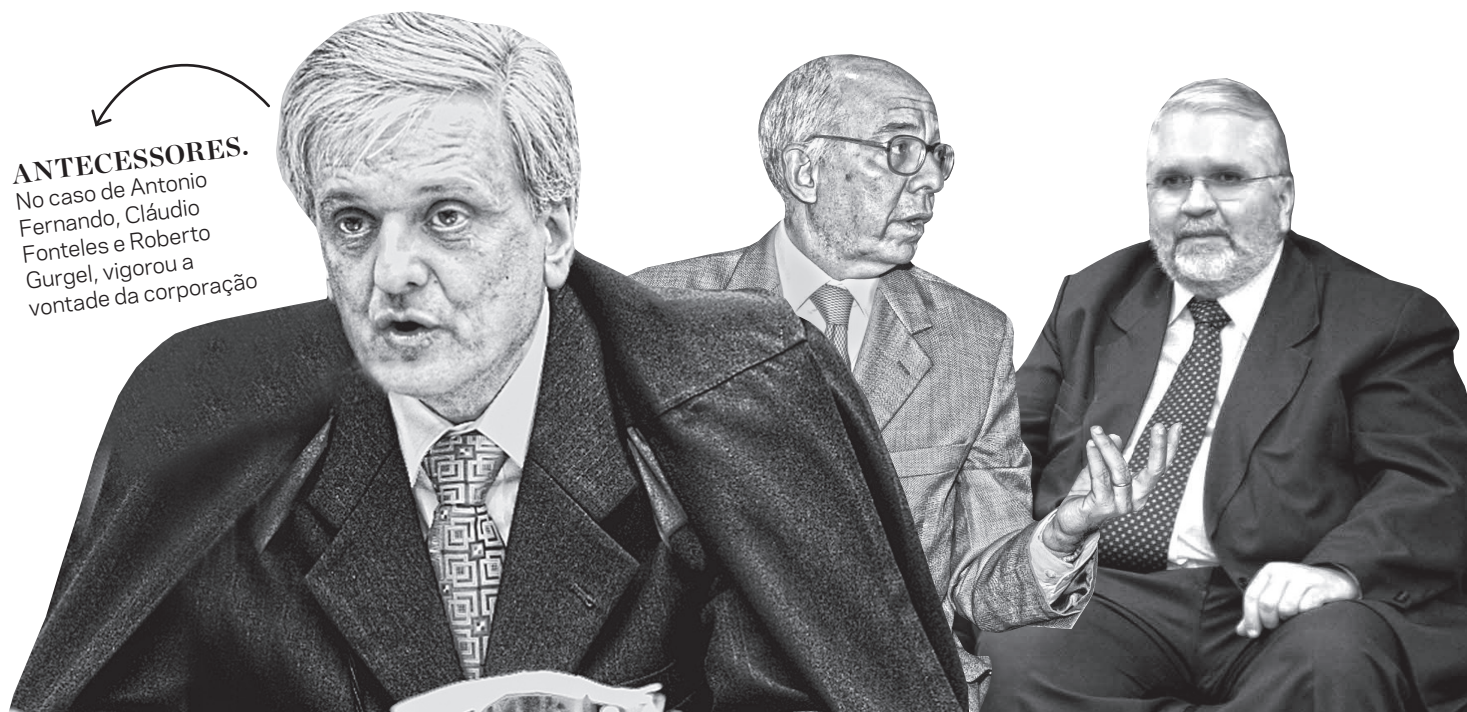
Mas o ápice seria a Lava Jato. Tão logo a força-tarefa instalada em Curitiba vislumbrou a possibilidade de políticos aparecerem nas delações de Alberto Youssef e Paulo Roberto da Costa, Janot entrou em campo. Designou um procurador para acompanhar os depoimentos e trouxe para Brasília a investigação. O que para muitos seria apenas um aceno à opinião pública, alvoroçada pelas seguidas prisões autorizadas pelo juiz Sergio Moro, transformou-se em realidade quando a assessoria criminal de Janot, em tempo recorde, analisou os depoimentos e solicitou a abertura de inquérito contra 47 políticos. Com nomes do PMDB, PT, PP, SD e PSDB, a lista de Janot conseguiu angariar ao PGR os inimigos mais poderosos da nação. São esses nomes que podem complicar a sua reeleição.

A reação não tardou a surgir. Assim que as diligências contra os políticos da Lava Jato começaram, incluindo a ida de

uma equipe até a Câmara dos Deputados para coletar documentos cujo conteúdo deve incriminar Cunha e a quebra de sigilo de Collor, os ataques a Janot aumentaram. Enquanto Cunha e seu PMDB apostam nos bastidores e na pressão sobre o Palácio do Planalto para evitar a recondução de Janot, Collor, mais performático, ocupa semanalmente o plenário do Congresso para disparar ataques e acusações. Os alvos são a suposta farra em diárias pagas na PGR, a contratação de uma empresa de comunicação sem licitação, a nomeação de um ex-funcionário dessa empresa para uma secretaria na PGR e, mais recentemente, a suposição de Collor sobre crimes fiscais praticados por Janot e seu falecido irmão. Com base nesses temas, o ex-presidente cassado chegou a pedir o *impeachment* do procurador-geral.

Das suspeitas levantadas, a questão das diárias está relacionada à nova postura da PGR. Com mais ação, são maiores os gastos em viagens e diárias. Desde 2013, somente o setor de Cooperação Internacional atuou em 1.635 procedimentos. Entre eles, a busca pela extradição de Henrique Pizzoloto, o mapeamento do dinheiro desviado na Lava Jato e as investigações do caso de evasão de divisas via banco HSBC. Mesmo assim, segundo a instituição, os gastos são menores que a média histórica.

COM **JANOT**, A PROCURADORIA GANHOU EFICIÊNCIA AO CRIAR **ASSESSORIAS SETORIAIS**



ANTECESSORES.
No caso de Antonio Fernando, Cláudio Fonteles e Roberto Gurgel, vigorou a vontade da corporação





REPORTAGEM DE CAPA



ADVERSÁRIOS.
Os subprocuradores Mário Bonsaglia, Carlos Frederico e Raquel Dodge devem entrar na disputa

QUEM CONCORRE COM JANOT

A eleição para formação da lista tríplice que dará origem ao novo procurador-geral da República será no dia 5 de agosto. São elegíveis todos os procuradores em atividade com mais de 35 anos de idade. A novidade desse ano é o período de campanha. Os candidatos terão 50 dias, ou até o dia 4 de agosto, para tentar convencer um eleitorado formado por 1.094 procuradores da ativa e outros 197

aposentados. Após a produção da lista, a indicação fica por conta da presidenta Dilma Rousseff, que pode escolher qualquer um dos três. Em seguida, o nome precisa ser referendado pelo plenário do Senado Federal.

Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais, o atual procurador-geral da República, Rodrigo Janot, tentará a reeleição. Além de especialista em Direito Comercial e mestre em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais, o pro-

curador cursou especialização na área de Meio Ambiente e Consumidor na Scuola Superiore di Studi Universitari e di Perfezionamento Sant'Anna, em Pisa, na Itália. Ingresso no MPF em 1984, foi procurador-chefe substituto no Distrito Federal, entre 1988 e 1987. Seis anos depois, em 1993, foi promovido a procurador-regional e, em 2003, alcançou a Subprocuradoria da República. Na gestão de Cláudio Fonteles, de quem é amigo, ocupou o cargo de secretário-geral.

Mestre em Direito pela escola de Harvard, a subprocuradora Raquel Dodge é apontada como uma das mais renomadas especialistas da área criminal da instituição. Atualmente, integra a Câmara de Coordenação e Revisão Criminal. Sua atuação ao longo da carreira vai desde a condenação de Hildebrando Pascoal Neto, conhecido como deputado da motosserra, até a investigação que resultou na Operação Caixa de Pandora, cujo principal alvo era o então





Sobre a contratação sem licitação da Oficina da Palavra para realizar a comunicação interna da PGR e da nomeação de Raul Pilati para a Secretaria de Comunicação, Janot precisará responder a uma representação protocolada por Collor e por questionamentos internos sobre as supostas mudanças de rumo no departamento após a chegada do jornalista e da empresa. Nos bastidores, o argumento utilizado pelos incomodados é que o jornalista era diretor de uma subsidiária da Oficina, cujo interesse, afirmam, é o lucro e novos contratos com entes públicos. Segundo os funcionários descontentes, como a Secom trabalha com informações relacionadas a investigações sigilosas, o correto seria a nomeação de um nome técnico e distante do mundo dos negócios da comunicação.

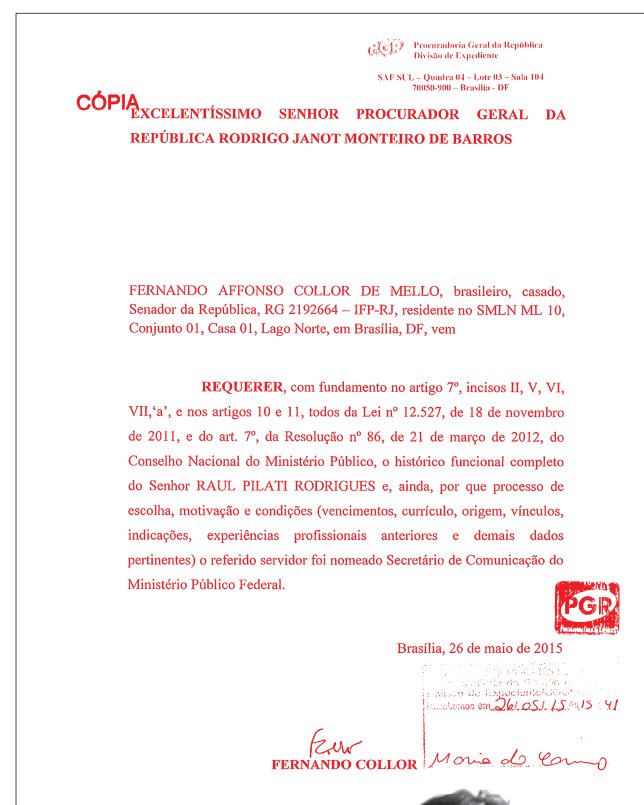
Questionado, Pilati afirmou não possuir qualquer vínculo com a Oficina da Palavra. Segundo ele, a trajetória profissional, os prêmios conquistados e o reconhecimento público explicam sua ascensão ao cargo. A PGR informou que a nomeação de Pilati resulta do fato de ele ser “um profissional experiente e reconhecido no mercado”. Sobre a contratação sem licitação da Oficina, diz a assessoria, está previsto na Lei nº 8.666 essa possibilidade de procedimento. Sobre as acusações de Collor feitas no plenário do Senado e relacionadas a familiares de Janot, a assessoria informou que o PGR não vai se manifestar.

Ataques e acusações de lado, o fato é que Rodrigo Janot alterou a cultura de atuação da PGR. Antes lembrada por tristes exemplos, como a péssima denúncia cujo desfecho foi a absolvição do próprio Collor, hoje algoz de Janot, e na peça fictícia criada por Antonio Fernando de Souza no chamado “mensalão”, a Procuradoria é hoje uma parte ativa do sistema judiciário brasileiro.

governador do Distrito Federal José Roberto Arruda. Vista como independente e avessa a composições políticas dentro do MPF, Dodge deve ter uma ampla votação e, para muitos, caso não conquiste o topo da lista desta vez, tem grandes chances de se cacifar para o pleito de 2017.

Outro candidato deve ser o subprocurador paulista Mário Luiz Bonsaglia. No MPF desde 1991, é doutor em Direito pela Universidade de São Paulo e exerceu o

cargo de procurador regional Eleitoral entre 2004 e 2009. Assim como Dodge, integrou a Câmara de Coordenação e Revisão Criminal e é apontado pelos seus pares como independente. A seu favor, afirmam colegas, conta o fato de ser de São Paulo, estado com maior número de procuradores, e ter seu nome atrelado ao seu jeito cordial e conciliador. Além disso, o candidato é um ótimo comunicador e, como poucos subprocuradores, é muito atuante nas redes sociais.



MANCHA.
A contratação
de Pilati é apresentada
como incorreta



O quarto nome era o único inscrito até o fechamento desta edição. Carlos Frederico Santos é recém-saído de outra disputa interna na instituição. Em maio, foi o mais votado para ocupar uma vaga no Conselho Superior do MPF com o lema “Independência e Representatividade”. Procurador desde 1991 no Amazonas, Santos atuou em casos relacionados ao direito dos povos indígenas e de minorias. É dele a primeira denúncia por crime de genocídio praticado con-

tra a etnia Tikuna. Também foi dele a iniciativa da ação civil pública relacionada à construção de uma hidrelétrica na área da Reserva Raposa Serra do Sol. Na área eleitoral, atuou na cassação do diploma do governador de Roraima na eleição de 2004. Embora adepto do lema da independência, nos bastidores Santos é visto como aliado do ex-procurador-geral Antônio Fernando de Souza, de quem foi secretário-geral.

